



HOMENS DE UMA MILÍCIA: A GUARDA NACIONAL PARANAENSE E A GUERRA DO PARAGUAI

Matheus Pelaquim Silva ¹

RESUMO

A Guerra do Paraguai mobilizou o Império brasileiro totalmente. Todas as forças militares foram convocadas desde o exército de primeira linha, até os Voluntários da Pátria. A Guarda Nacional, mais especificamente a paranaense, aparato militar utilizado no conflito, é o foco deste artigo; a intenção é trabalhar como se deu a formação da guarda na província do Paraná e quais as características dos homens que a compunham; tudo isso realizado a luz da obra de Jeanne Berrance de Castro "A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850", na qual será feita uma discussão sobre a transição do caráter popular da Guarda Nacional imperial para, posteriormente, ser composta por homens elitizados. Por fim, iremos dissertar sobre como ocorreu o recrutamento da milícia cidadã paranaense para a Guerra, além de pontuar quais foram suas funções no conflito.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Guarda Nacional; Paraná.

ABSTRACT

The Paraguay's War mobilized the Brazilian Empire totally. All the military forces were called from the first line army, to the Homeland Volunteers, The National Guard, more specifically the one from Paraná, the military apparatus used in the conflict, is the focus of this discussion, the intention is to work how was the formation of the guard in the province of Paraná and what was the characteristic of the men who composed it; all this performed in the light of the work of Jeanne Berrance de Castro "A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850" ", where in it will be made a discussion about the transition of the popular character of the imperial National Guard, to later be composed by elitized men. Finally, we will dissertate on how the recruitment of the citizen militia of Paraná for the War took place, as well as punctuate its functions in the conflict.

Keywords: Paraguay's War; National Guard; Paraná.

¹ Graduando no curso de História da Universidade Estadual de Londrina – UEL.
E-mail: math.pelaquims@uel.br



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Guerra do Paraguai foi o maior e mais sangrento conflito da história da América Latina, envolveu países como Uruguai, Argentina, Paraguai e o Império Brasileiro, fora que “a Guerra aconteceu e colocou uma região inteira em polvorosa” (MENEZES, 1998, p. 161). Devida as proporções deste choque entre nações, o Governo do Brasil viu-se diante de uma complicada situação:

Enquanto a Força Militar brasileira estava desprovida de efetivo, o Exército paraguaio contava com o adestramento de 30.000 homens de 16 a 50 anos em Cerro León, 17.000 recrutas em Encarnación, 10.000 em Humaitá, 4.000 homens em Assunção e 3.000 em Concepción, tendo o total de quase 70.000 soldados prontos para a guerra.” (FERRER, 2004, p. 48).

Dessa forma, a mobilização de todo o país foi imensa. As forças militares foram convocadas para lutarem contra a ameaça paraguaia que, em 1864, havia invadido o território nacional pela província do Mato Grosso. Dentre as forças de primeira linha, a companhia dos voluntários da pátria criada em meio à guerra, tem, aqui, o destaque para a Guarda Nacional, mais especificamente a guarda da província do Paraná. Este enfoque se dá porque essa província não tinha a obrigação de enviar tropas da guarda rumo ao teatro de guerra, não estava citada no decreto que convocava os guardas nacionais de inúmeras províncias, entretanto, o presidente provincial da época, Augusto de Pádua Fleury, mobilizou por iniciativa própria os guardas nacionais e fez um árduo trabalho para que a província se envolvesse fortemente no conflito.

Essas questões são importantes, porque vamos aqui trabalhar, primeiramente, como a guarda surgiu nessa província, quais as influências políticas e econômicas que surtiram efeito nesse processo. Em seguida, iremos trabalhar as funções desses homens no teatro da guerra, seus recrutamentos a partir de números específicos encontrados nos documentos oficiais da época, não só em documentos da província, mas também em documentos do ministro da guerra, entre outros papéis delegados para os homens dessa força militar e seus feitos nos momentos mais tensos do conflito armado.

ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No campo teórico-metodológico utilizaremos toda a obra da autora Jeanne Berrance de Castro intitulado “A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850”, para clarear e dar um amplo suporte às leituras que serão realizadas acerca do assunto. A intenção é compreender as transformações sofridas pela guarda nacional, passando por uma fase em que predominava um caráter mais popular: “essa classe ‘intermediária’, ativa, produtiva, foi a



que arcou com a responsabilidade de trabalho de Guarda Nacional [...]” (CASTRO, 1977, p. 108), e os homens da elite se encontravam nas linhas de reserva, até adquirir uma forma consolidada, e mais elitizada, de confluência com os interesses da elite política imperial. Em seguida analisaremos como isso influenciou no caráter da guarda nacional paranaense, propondo analisar quais os paralelos possíveis entre a tese de Jeanne Berrance de Castro e o processo inicial de formação da guarda, em 1853, tentaremos entender se a lógica das transformações aplicável no sentido mais geral da guarda nacional imperial brasileira se faz possível no caso paranaense também, ou se nesta província houve um processo único.

ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO DA GUARDA NACIONAL IMPERIAL

A guarda nacional surgiu num contexto conturbado. Foi o período da regência brasileira que ocorreu logo após a renúncia de D. Pedro I. “A Guarda Nacional, como corporação militar paramilitar, atuou como reforço do poder civil, tornando-se o sustentáculo do Governo instaurado com o 7 de abril” (CASTRO, 1977, p. 17). Ao considerar aqueles que deram prosseguimento no surgimento da Guarda - os liberais - a compreensão dos rumos que ela tomou em seus primeiros suspiros de vida se faz mais entendível; ainda sobre o contexto, Castro (1977) nos explica que havia um exagero no quesito nacionalismo, pois com um rei português indo embora, ficou o sentimento de uma “verdadeira independência”, então a valorização local já veio no âmago da Guarda.

Outro ponto relevante é que a necessidade da criação de uma força auxiliar sempre foi mencionada, desde os tempos do Primeiro Império. A ideia era uma força cívica que se submetesse as autoridades locais, como juízes da paz, entre outros, uma força que pudesse abafar convulsões internas que pudessem ocorrer no interior das cidades das províncias, fazer rondas de manutenção e, logo em seguida, vemos que ela também foi útil contra revoltas famosas do período regencial, além de algumas revoltas que ocorriam no próprio exército. “A Lei de 1831, criando a Guarda Nacional, tornou-se a principal força auxiliar da Menoridade e elemento básico na manutenção da integridade nacional (CASTRO, 1977, p. 23), sendo assim, essa força atuava principalmente nas províncias e, especificamente, nos limites dos municípios, e fora de tais limites, atuava apenas em casos mais graves onde as forças de primeira linha necessitavam de um reforço. É importante citar que, em sua lei primária, a dissolução da força, se fosse de interesse ou por algum motivo necessário, estava prevista para ocorrer caso fosse realizada pelas mãos do governo imperial. Isso ressalta mais uma vez o interesse de ter a guarda totalmente submissa aos interesses da elite política.



Sobre o recrutamento e a caracterização prévia dos milicianos: “todos os cidadãos brasileiros, de idade variável de 21 a 60 anos e cidadãos filhos de família dispendo de rendas para serem eleitores eram qualificados guardas nacionais” (CASTRO, 1977, p. 24).

A autora pontua que uma das primeiras questões, que fizeram a guarda ter um caráter mais popular, foram as isenções. Logo no ano seguinte à criação da força militar, um conjunto de leis foi promulgado o qual dizia que ficar isento do serviço de guarda nacional ficou mais fácil quando se era da elite, sendo assim, aos poucos o trabalho foi recaindo nos ombros das classes mais baixas: “naquela sociedade de classes sociais bem marcadas e hierarquizadas, o peso do recrutamento recaía sobre as classes mais desfavorecidas” (CASTRO, 1977, p. 70). A própria seleção era voltada para que estes homens fora da elite fossem escolhidos para compor a milícia; as próprias listas de qualificação apresentavam apenas a situação do indivíduo, isso porque a lei de criação da guarda não era discriminatória, e como disse Castro (1977), foi a primeira corporação que permitiu pessoas pobres e não brancas a ascenderem socialmente. Entretanto, é um equívoco pensar que as classes mais abastadas não se faziam presente, nesse primeiro momento, na guarda nacional. A priori, ela se encontrava nas reservas da milícia e a prestação de serviço se limitava em casos extremos. Um ponto importante que marca essa fase da guarda nacional como uma força popular é a ascensão de povos de classes desprovidas de uma condição econômica alta para cargos de alta relevância dentro da milícia: “de um modo geral, não havia problema proporem-se artesões para os postos de oficiais [...]” (CASTRO, 1977, p. 115), pequenos comerciantes viam a chance de mudar de vida e ver o sonho de ser um grande homem mais de perto.

Todas essas características populares, sua subordinação a autoridades apenas municipais, uma descentralização no serviço e a atuação nos limites das cidades, começaram a incomodar os conservadores que adentraram no poder anos após a criação da guarda. Os motivos são diversos, mas eles desejavam um aparato militar mais organizado e com menos possibilidades de ascensão social. A ideia de pobres, e mais ainda negros, com mãos em armas era visto com receio por estes homens. Sendo assim, várias reformas foram ocorrendo até a consolidação da transformação da Guarda Nacional. Por volta do ano de 1836, especificamente na província de São Paulo, alterações marcantes ocorreram sob a guarda deste local, não haveria mais um sistema de eleição para os postos de oficiais, tudo isso seria de nomeação provincial. “A significação dessas alterações, modificadoras do caráter democrático da força cidadã, vai manifestar-se especialmente após a reforma de 1850 (CASTRO, 1977, p. 154). As condições para ser considerado um eleitor e um Guarda Nacional também mudaram, os critérios passaram a ser mais rigorosos, tudo pensando em tirar os pobres das armas. Selecionar homens baseando-se na renda mínima



mantinha o status quo desejado “a qualificação passou a ser feita quase exclusivamente em termos de prestígio pessoal, de perseguições particulares ou políticas” (CASTRO, 1977, p. 182).

Sendo assim, com essas alterações consolidadas em 1850, a Guarda Nacional se encontrava, naquele momento, numa situação de total submissão a província. Houve uma centralização de sua atividade, o que significava que não estava mais sujeita as dinâmicas internas e únicas dos municípios, além do mais, a participação das classes baixas foram limitadas; todas essas transformações lançaram a milícia como uma força militar com papel político, em que atenderia os interesses da elite política provincial e do próprio governo Imperial.

CARACTERÍSTICAS DA GUARDA PARANAENSE

Vamos aqui entender primeiramente como foi o nascimento dessa força militar na província paranaense, sempre levando em consideração que a emancipação da Província ocorreu só em 1853, e a Lei que consolidou totalmente a mudança profunda da Guarda Nacional no Império todo só foi promulgada no ano de 1850. Essa consideração é importante, pois vamos buscar descobrir qual foi o caráter social inicial da milícia paranaense, se ela seguiu os moldes gerais, montando uma força mais centralizada e com menos chances de ascensão social, ou se houve uma dinâmica própria para esta região.

Vemos, a princípio, que “geralmente os membros da guarda nacional, ou os guardas nacionais qualificados eram lavradores pobres, que prejudicavam a economia da agricultura servindo na guarnição da província, prática agravada no período da Guerra contra o Paraguai.” (BRITO, 2011, p. 32). Isso nos mostra que a guarda nacional paranaense seguiu o modelo da guarda popular nacional, na qual homens menos abastados compunham a força militar e possuíam uma chance de ascensão social. Nos documentos dos primeiros anos pós-emancipação não foram encontradas muitas informações acerca da organização da Guarda Nacional, mas de sua situação em 1853, o presidente da província Vasconcellos fala:

A guarda nacional, exceptuando hum, ou outro município, acha-se por toda a parte do estado de desorganização o mais completo, para o que tem concorrido, além das causas procedentes da defeituosa legislação antiga, o abalo e expectativa em que estão os animos desde que se publicarão a lei geral n 602 de 19 de setembro de 1850 e respectivos regulamentos, cuja execução tanto se retardou, relativamente á Curitiba, que elevada á pouco á província, nada estava, ao tempo de sua instalação acabo do como convinha (1854, p. 27).

Vemos como o presidente demonstra a desorganização de uma força militar agrupada às pressas, mas principalmente vemos como ele diz que, por conta do tempo, Curitiba não



conseguiu seguir a Lei de 1850, que mudou todo o caráter da Guarda Nacional, além de que, no início, vemos como a função da Guarda no Paraná, aparentemente, segue a linha “antiga” de atender as necessidades dos municípios, limitando-se apenas a isso, com uma logística descentralizada. Números não são explicitados neste momento.

Podemos ver no documento da coleção de Leis e decretos do Paraná que “fica o governo autorizado a organizar uma companhia de força policial com um total de sessenta e sete praças, e soldo constante do plano junto” (PARANÁ, 1854, p. 11). Essa citação tem sua importância porque havia uma grande ligação entre a guarda nacional e a força policial, o próprio presidente da província Vasconcellos de 1854 afirmava que:

A guarda policial he huma instituição absurda, porque sendo composta dos excluidos da guarda nacional, e consequentemente organizada com proletarios e com o rebotalho da população, visto que a regra fala de 200U de renda- abrange tudo, exige-se, entretanto, dela serviço incompatível com o estado pouco favorável de fortuna, que he o seo característico (1854, p. 30).

Podemos ver como o presidente Vasconcellos via e tratava tanto a guarda nacional como a policial, mesmo que já definimos que os homens que trabalhavam na Guarda eram pobres e lavradores, aparentemente, vemos que ainda há uma classe vista, pelo presidente, como socialmente inferior, pois seus integrantes são chamados de “excluídos da milícia”: os homens pobres da cidade, chamados de proletários. Mais uma vez podemos ver o funcionamento da Guarda Nacional nos moldes populares. Edilson Pereira Brito afirma que a:

Guarda Nacional criava centenas de postos. Assim, cidadãos eleitores, pessoas simples no geral, recebiam patentes outorgadas pelo governo geral, cujo maior representante era o Imperador, D. Pedro II, transformando-os em tenentes, sargentos, alferes, cabos e furriéis (BRITO, 2018, p. 38).

PARTICIPAÇÃO NA GUERRA DO PARAGUAI

Neste tópico vamos explicar como foi a convocação e os números dos milicianos paranaenses rumo a Guerra do Paraguai, além de exemplificar as funções delegadas a eles e seus feitos no teatro da guerra.

Em dezembro de 1864, o Brasil ficava perplexo, porque as tropas paraguaias haviam sequestrado o “Marquês de Olinda” e, logo em seguida, já estavam adentrando em terras imperiais. Tais tropas invadiram a província do Mato Grosso e, apesar do espanto da população, o Governo não tardou para mandar reforços à província invadida. Além disso, uma árdua mobilização foi pensada e realizada para essa guerra, e é sobre essa primeira leva de convocação, especificando o caso paranaense, que iremos tratar agora.



Sabemos que a mobilização foi grande, se estendendo para praticamente todas as províncias do Brasil e convocando todos os segmentos militares; citamos aqui também a própria tática da companhia dos voluntários da Pátria, incentivando o alistamento de civis, apelando para o lado do nacionalismo e oferecendo grandes gratificações monetárias. “Por todo o país houve, de início, entusiasmo popular e voluntários se apresentaram para o campo de batalha. O mesmo ardor não foi demonstrado pela Guarda Nacional, milícia controlada pelas elites regionais” (DORATIOTO, 2002, p. 111).

A obra de Doratioto, “Maldita Guerra” (2002), é a obra referência no momento quando o assunto é Guerra do Paraguai, porém precisamos fazer duas ressalvas importantes para o contexto. A primeira é diz respeito ao “entusiasmo popular” o qual deve ser trabalhado com cuidado. Houve sim uma explosão de nacionalismo, mas muito disso foi incentivado com as próprias gratificações dos sistemas de recrutamento militar formuladas pelo governo, a exemplo dos Voluntários da Pátria já citados aqui, então, esse entusiasmo não veio do nada, podemos dizer assim que “para realizar esta convocação era necessário obter legitimação e apoio do povo brasileiro em participar deste embate junto às Tropas de Linha do Exército, já que esta Força era desqualificada pela sociedade” (FERRER, 2004, p. 61).

A segunda ressalva diz respeito a quem Doratioto coloca como comandante da Guarda Nacional, assim com o próprio Julio José Chiavenatto (1983) nos mostra que os fatores econômicos foram importantes nas decisões de início da guerra, adequamos sua tese geral para o contexto vigente, em que cada província teve suas particularidades e próprias motivações, no caso do Paraná o que levou a Província a mobilizar suas tropas da milícia e adentrar na guerra foram motivações econômicas além de que, em todo o Brasil, como reflexo da Lei de 1850, as elites assumiram os postos da milícia, mas devemos lembrar que, no nosso caso específico - do Paraná - a realidade era outra e os homens que compunham a Guarda ainda eram pobres, de sua maioria lavradores, buscando ascensão social. Porém, o que nos é importante na fala é a questão da dificuldade “despertar” um sentimento nacionalista numa milícia, que muitas vezes passava dificuldade para exercer seu trabalho e, em alguns casos, tirava até do próprio bolso matérias de serviço. Essa questão se faz presente, pois as primeiras mobilizações mais árduas do Paraná vieram através da Guarda Nacional, a dificuldade estava na organização, mesmo assim foi um esforço demasiado, lembrando que no decreto que convocava as Guardas Nacionais à guerra o Paraná foi deixado de lado, porém Fleury, presidente da província na época, não aceitou e enviou tropas mesmo assim, segundo ele:

Em execução do Decreto n.3.383 de 21 de Janeiro que chamou a serviço de corpos destacados 14.796 guardas nacionais, tendo o Paraná concorrer com 416, dividi este contingente, conforme o numero de praças de cada comando, e ordenei que com urgência se reunissem os conselhos de



qualificação e de revista, para fazerem a designação, segundo as prescrições da Lei (FLEURY, 1865, p. 9).

Vemos a pressa para organizar e mobilizar as tropas para o envio ao conflito, além do mais, neste mesmo documento, o Presidente afirma que os guardas de sua província podiam fazer muito mais do que papéis de guarnição, e apresentavam capacidade de ajudar em conflitos diretos com o inimigo.

Além da contribuição física, muitos guardas nacionais também contribuíam para a guerra com doações, como vemos no relatório do ministro da Guerra do ano de 1864: Joaquim Dias Tavares, alferes da guarda nacional- ofereceu-se para instructor dos destacamentos da capital da província, renunciando os respectivos vencimentos em benefício das urgências do Estado” (1864, p. 199). Vemos que este homem da Guarda Nacional paranaense, não só ofereceu seu serviço como instrutor, mas também na parte monetária não recebeu benefícios destinados a ele. Essa prática foi muito difundida. No mais, mesmo com as dificuldades citadas, a mobilização ocorreu bem, a intenção de Fleury havia sido se concretizado, porém outros aspectos além do patriotismo foram marcantes:

Todo esse procedimento não deixava de conter forte teor político, uma vez que a elite local utilizou a Guerra, desde o começo, para tentar impor a sua vontade, seja para angariar novos soldados, seja para retardar o envio dos praças (BRITO, 2018, p. 201).

Afirmamos que nos primeiros anos a contribuição da guarda cívica foi essencialmente de guarnição, nas fronteiras dos limites da própria província do Paraná, entretanto, com o passar do tempo, essa situação precisaria mudar, e vemos no próprio relatório do ministério da guerra:

Além das incursões dos selvagens em algumas partes, como infelizmente acaba de acontecer no Paraná, não faltão occurencias, em que a presença da força é indispensável. Os corpos de guarnição não são sufficientes para todo o serviço, para o qual não deixa a guarda nacional de ser chamada (MELLO, 1864, p. 4).

Entretanto, já vemos uma exceção a essa regra no tocante a defesa da província invadida do Mato Grosso, onde houve participação dos milicianos paranaenses, citado no relatório do ministro de guerra:

Em data de 27 do Abril de 1865 seguio desta Corte para Santos, com direcção a Mato Grosso, o Corpo de artilharia do Amazonas, que em marcha reunio-se não só ao Corpo de guarnição do Paraná, que desta Província havia marchado com o mesmo destino, como ao de guarnição de S. Paulo, Companhia de Cavallaria e Corpo de Voluntários Policiaes da mesma Província, perfazendo ao todo 568 praças sob o Commando do Coronel Manoel Pedro Drago (FERRAZ, 1866, p. 34).



AS NOVAS FUNÇÕES DA MILÍCIA NA GUERRA

Outro ponto que ressalta a importância da Guarda Nacional, não só no âmbito paranaense, mas em todo Brasil, se deu no ano de 1866, época tensa, quando se estava percebendo que o conflito iria durar mais do que havia se imaginado. Neste ano “ao findar de março, todo o Exército Brasileiro estava concentrado no Passo da Pátria, pronto para invadir o território paraguaio” (FORTES, 2001, p. 68). Vemos nas Atas do Conselho de Estado Pleno a seguinte passagem: “Julgava prudente na presente situação política do país evitar, tanto quanto fosse possível, o recrutamento, empregando-se de preferência para o mesmo fim os contingentes da Guarda Nacional (1866, p. 36), e no geral, no meio dessa discussão, a ideia estava sendo bem recebida

O Conselheiro Pimenta Bueno responde afirmativamente ao primeiro quesito, porque entende que convém muito que o Governo por engajamento de voluntários, contingentes da guarda nacional, e por meio do recrutamento mande com brevidade novos reforços ao nosso exército no Paraguai. (1866, p. 37).

Logo, podemos ver que o trabalho da milícia não se daria apenas no sentido das guarnições, prática já muito exercida pela força militar em períodos muito anteriores à Guerra, eles iriam para o campo de batalha fora de território nacional. Até porque, o próprio documento mostra que o sentimento era de que a Guarda Nacional estava quase que em dívida para com os brasileiros, pois avaliava-se que ela podia fazer mais e que o Governo não tinha outra força além dela. Voltando para o caso Paranaense podemos entender que:

Atuando até então primordialmente nos limites do município, era a primeira vez que a força enfrentaria uma peleja de tal monta, nas bordas do território nacional. Lavradores pobres teriam que se transformar, num piscar de olhos, em soldados. (BRITO, 2018, p. 203).

Por conta disso, discussões acerca da mobilidade e até dos benefícios que são dados à guarda cívica em comparação até mesmo com os voluntários da pátria, vemos no relatório do ministério da guerra:

Na mesma lei devem-se mencionar os meios de se obter a força decretada para circunstancias extraordinárias, quer criando uma reserva e dando mobilidade aos corpos da guarda nacional, que tiverem de destacar, quer estabelecendo as vantagens para voluntários da pátria. (PARANAGUÁ, 1867, p. 10).

O ano de 1866, no contexto da guerra, nos leva a pensar alguns outros pontos sobre a participação da Guarda Nacional. Este ano é importante muito por conta dos objetivos da Tríplice Aliança neste período:



De então em diante, as operações do 1º CEx brasileiro e de tropas argentinas e uruguaias de que participam as unidades das várias armas são dominadas pelo objetivo global de, rumo ao norte, atingir Humaitá, o poderoso baluarte paraguaio, por terreno ingrato, sem estradas, cheio de brejos e alagadiços, gerando cursos d'água afluentes do Rio Paraguai, que dificultam a progressão do atacante e favorecem a defesa dos locais. (FORTES, 2001, p. 73).

Vemos como a Aliança tinha um objetivo em comum, trabalhar arduamente para alcançar o forte, e é aqui que a Milícia Cidadã também exerce sua função. Visto isso, é de se pensar a partir de qual armamento estes soldados poderiam usufruir.

Podemos perceber, conseqüentemente, que, apesar de toda a modernidade atribuída ao rifle na Guerra do Paraguai, o conjunto baioneta/coronha encontrou muito espaço tático vago para continuar sendo tão presente e decisivo quanto havia sido na batalha de Culloden (1746), mais de um século antes, durante a Guerra Jacobita, na Escócia. Por fim, um armamento comum a todos os oficiais do Exército, Guarda Nacional e Voluntários da Pátria, foi o revólver. (GONÇALVES, 2009, p. 60).

Mesmo tendo ressaltado todos os feitos da guarda, principalmente no tocante das falas dos presidentes da província que tem um intuito de valorizar os ocorridos para aflorar o patriotismo da população:

A Guarda Nacional que após a Independência passou assumir a defesa do território brasileiro, com o maior número de efetivo e incentivo econômico, em detrimento do Exército profissional, não se mostrou capaz de enfrentar as Forças paraguaias, devido a essas manobras estratégicas, em que os comandantes militares do Paraguai utilizavam a combinação das Armas, para eliminar as tropas aliadas, estabelecendo assim, uma “nova” forma de guerrear, diferente das “guerras de guerrilhas” ou guerras irregulares, travadas no Prata.(FERRER, 2004, p. 67).

Podemos explicar essas dificuldades sofridas pela Guarda Nacional porque este era um conflito onde não havia forças regionais, contexto de combate em que a milícia estava acostumada, e como o próprio Ferrer afirma, eram forças de Estados nacionais organizados. Além do mais, 1866 foi um ano de batalhas marcantes, e de derrotados para o lado do Império brasileiro que mudaram o rumo das coisas:

Em 1866 após o fim das batalhas no território meridional, tornou-se nítida a dificuldade de reunir no sul do País, homens à guerra. Sendo assim, o recrutamento forçado passou a atuar com toda sua violência e arbitrariedade entre os Sul-riograndenses, assim como em todo o País (FERRER, 2004, p. 127).

Um dos saldos marcantes destas derrotas foi a entrada de Caxias no comando das tropas brasileiras:

Caxias assumiu o posto de comandante-em-chefe das forças brasileiras em 19 de novembro de 1866. O momento era difícil, pois o Exército aliado se encontrava desarticulado, sem ânimo, e o comandante brasileiro deveria



substituir o clima de mal-estar, que Porto Alegre e Tamandaré criaram, pelo de cordialidade com Mitre. (DORATIOTO, 2002, p. 278).

Mesmo com essas dificuldades, seguimos para o ano de 1867, quando as tropas brasileiras já estavam a um tempo em território paraguaio, temos a fala do presidente da província Burlamaque que diz:

O modo porque a guarda nacional tem-se sabido haver no cumprimento de seus deveros, na quadra difficil e tormentosa que atraveza o paiz, já dei-vos a conhecer, quando tratei dos numerosos contingentes, que, em diversas ocasiões, marcharam para o sul do império. Não tenho a este respeito senão palavras de louvor e agradecimento a brisosa guarda cívica do Paraná (1867, p. 15).

Tratando da fala do presidente, vemos como é clara a exaltação dos feitos fora do Paraná, da milícia de sua província, e vemos também o alargamento da área de atuação dos milicianos. Mesmo que não tivessem saído do território nacional, adentrando em solo inimigo, já temos um relato da realização de atividades que não fossem apenas a guarnição tão efetuada por esses guardas. É importante ressaltar essa necessidade de valorizar os “grandes feitos” do povo paranaense, já que era um contexto complicado visto as baixas nas já citadas batalhas trágicas, fazendo com que o recrutamento ficasse cada vez mais difícil, sendo imprescindível esta estratégia do apelo patriótico.

O terceiro ano de conflito entre a Tríplice Aliança e a República do Paraguai marca as batalhas travadas no território paraguaio, nas quais podemos ver a importância dada a guarda nacional: declara que as praças da Guarda Nacional, chamadas para destacamento de guerra, não devem ser empregadas em serviço policial” (Coleção Decisões do Governo Império do Brasil, 1867, p. 111), ou seja, a ideia era que os destacados para o teatro de guerra cumprissem apenas esta função. Temos um número significativo na Ata do Conselho de Estado quando se refere a participação de Conde d’Eu:

“Sua Alteza o Sr. Conde d’Eu, à vista do Decreto nº 3.809, de 13 do corrente, publicado no Diário Oficial de ontem, chamando às armas oito mil Guardas Nacionais, acaba de manifestar novamente o desejo que tem de prestar serviços no teatro da guerra, e pede para isso a necessária permissão.” (IGLÉSIAS, 1867, p. 89).

De acordo com o relatório do Ministério de Guerra, a província do Paraná enviou 89 guardas nacionais neste contexto caótico de conflito no ano de 1867. Entretanto, o alto número de convocados da ala da guarda nacional, (não somente na província do Paraná, mas do Império como um todo), a necessidade do apelo ao patriotismo a todo momento e a longa duração, levantaram inseguranças em relação a este cenário, como podemos ver nas Atas do conselho de Estado Pleno:



As circunstâncias são, pois, ou me parecem, muito graves: o chamamento às armas de mais dez mil praças da Guarda Nacional, e conseqüente manifestação de Sua Alteza a revelam. E posso eu, permita-se-me repeti-lo, fundamentar, sem inteiro conhecimento dos fatos, segundo conselho negativo? O patriotismo brasileiro há de sem dúvida, coadjuvando os esforços do Governo de Vossa Majestade Imperial, fornecer todo o pessoal necessário ao exército para o desejado triunfo desta guerra nacional: os meios pecuniários também acreditam que nos não hão de faltar. Porém, seis meses ou um ano mais de Guerra, ou uma paz que não seja ditada dentro dos muros da conquistada Assunção, podem trazer-nos incalculáveis conseqüências. (1867, p. 91).

Este cenário fez com que uma proposta de paz entre a Tríplice Aliança e as forças de Solano Lopez surgisse “Ilmo e Exmo Sr., o Governo argentino ofereceu ao de Sua Majestade o Imperador um projeto de tratado definitivo de paz, que os aliados hão de celebrar com o Paraguai” (Souza, 1867, p. 15). Porém, sabemos que isto não se concretizou e a Guerra seguiu.

Prosseguindo para o ano de 1868, em contexto geral, este ano foi marcado pela tomada da fortaleza de Humaitá, onde o cerco havia se iniciado no ano anterior e com isso “a perspectiva do sítio total de Humaitá, por terra e água, levou Solano López a evacuar essa posição em março de 1868” (DORATIOTO, 1996, p. 60). Houve discussões sobre como deveria ser realizada esta tomada, de maneira mais lenta ou da forma mais rápida possível:

Assim é que, Caxias optando pela tomada mais rápida o possível, ordenou, em 16 de julho de 1868, o bombardeio prévio com a artilharia dos 1º, 2º e 3º Corpos brasileiros e demais aliados, mais a artilharia da marinha, e o assalto às trincheiras de Humaitá com as forças do 3º Corpo de Exército, sob comando de Osório. (GONÇALVES, 2009, p. 39).

Essa tomada de assalto viria a se concluir dias depois, e a tomada da fortaleza tornou-se um marco memorável e muito importante para a história e os rumos que o conflito viria a tomar: “Humaitá só seria ocupada pelos aliados em 25 de julho de 1868, após seus últimos defensores evacuarem-na, seguindo para o Chaco, na margem direita do rio Paraguai” (GONÇALVES, 2009, p. 40).

Para pensarmos onde se encaixa os soldados da milícia cidadã paranaense, logo no início do relatório do Ministério da Guerra de 1868, destacamos a seguinte passagem de seu redator “Conciliar a economia, e a redução do pessoal, com o bom desempenho dos trabalhos, foi o meu principal cuidado.” (PARANAGUÁ, 1868, p. 2). Cremos ser de uma certa relevância esta fala do ministro, visto que fica evidente o problema em relação ao tempo de guerra e as economias colocadas à disposição do conflito, além do mais, outro aspecto digno de comentário é a preocupação do ministro de Paranaguá com a questão dos armamentos:



Os arsenaes de guerra das províncias, nos limites das suas attribuições, vão preenchendo, como devem, as suas obrigações. A experiência da administração dos negócios da repartição da guerra me tem patenteado a necessidade de se reformarem quanto antes todos esses estabelecimentos, por onde se despendem avuitadas sommas.(1868, p. 15).

O relatório provincial do Paraná de 1868 diz que “a milícia cidadã não completou o seu contingente, mas contribui com 34 praças que marcharam durante a minha administração e foram unir-se aos bravos que defendem a honra do nosso paiz” (ARAUJO, 1868, p. 6), porém visto os dados do relatório de guerra, temos a soma de 165 guardas nacionais designados no período entre os anos de 1867 e 1868 provindos da província do Paraná; isto se dá por conta das datas de publicação, já que o relatório paranaense foi redigido no mês dois de 1868 e o relatório do ministério da guerra é publicado no fim do ano. Ainda sobre o relatório provincial, o apelo ao patriotismo se mantém recorrente: “Confio que os briosos habitantes da província continuarão auxiliar-me no grande e patriótico empenho de reforçar nosso exército, dando assim provas de que o patriotismo é sentimento que jamais se extingue nos filhos do Paraná” (ARAUJO, 1868, p. 6).

A GUARDA NACIONAL PARANAENSE NO FIM DA GUERRA

Passamos para os últimos anos do conflito imperial contra a república do Paraguai, muito marcantes principalmente pela saída de Caxias do comando das forças aliadas, que ocorreu logo após a ocupação de Assunção pelas tropas brasileiras.

Em 1º de janeiro de 1869, Assunção, deserta, foi ocupada pelas tropas brasileiras. Nesse mesmo mês, Caxias retirou-se do Paraguai, sem esperar ordens superiores [...] essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras, sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869. A partir de então, já com as forças imperiais sob o comando do conde d'Eu, foram retomadas as ações bélicas contra Solano López. (DORATIOTO, 2002, p. 383).

Podemos perceber que, num contexto geral, a situação era crítica com o desligamento efetivo do campo de batalha de um dos expoentes mais marcantes deste conflito do dia 17 de janeiro de 1869. Doratioto afirma que houve quem chegasse a duvidar desta situação, como o próprio imperador, mas Caxias não voltou atrás em sua decisão e o conde d'Eu assume o comando. “Em Assunção 2.748 homens, em Humaitá 1.588, no Rosário 2.044 e no Aguapeí 1.300 completavam o total de tropas nacionais na república” (TAUNAY, 1958, p. 13). Este era o quadro geral descrito por Taunay dentro do campo de batalha.

Tratando do nosso recorte, o presidente da província do Paraná, em seu relatório informou agilidade na organização dos contingentes e, em seguida, expondo o número de guardas nacionais paranaenses enviados à guerra “84 voluntarios que alistados no mesmo



município por esforços do respectivo commandante superior dirigiram ao teatro da guerra” (FONSECA, 1869, p. 8).

Vale ressaltar também que, já neste período, dentro do Paraná, na lei número 191 do mês de maio de 1869, bonificações por conta dos feitos em guerra já estavam sendo anunciadas: “Art. 1º Aos empregados provinciaes será contado em dobro, para a sua aposentadoria, todo o tempo em que estiverem fora de seus empregos, servindo a nação no teatro da guerra com o Paraguay” (1869, p. 15).

Por fim, no último ano do conflito que iria se encerrar com o assassinato de Solano Lopez, o ocorrido se deu em um último conflito:

Em 1º de março de 1870, a cavalaria e a infantaria brasileiras entraram em Cerro Corá e houve feroz luta contra duas ou três centenas de soldados paraguaios. Solano López tentou fugir a galope, mas era facilmente identificável — era o único homem gordo em um Exército de esqueletos 213 —, e na fuga foi alcançado e ferido mortalmente por um golpe de lança dado pelo cabo Francisco Lacerda, conhecido por Chico Diabo. (DORATIOTO, 2009, p. 451).

No Paraná, as vésperas do final da guerra, em seu relatório ministerial, o presidente Carvalho escreve uma saudação honrosa aos guardas nacionais de sua província, além de parabenizá-los pelos feitos em guerra, o serviço de guarnição e policial, o que nos releva a importância destas atividades em um contexto geral paranaense através do discurso do presidente:

Não devo passar a outro assumpto, sem tributar á briosa guarda cívica do Paraná os louvores á que tem direito por seus esforços no constante desempenho de todo o serviço de guarnição e de policia, que desde o começo da guerra pesa sobre ella. Seria injustiça si o não fizesse; é ella aqui, como em todas as províncias, credora da gratidão nacional. (CARVALHO, 1870, p. 25).

Como vemos a exaltação dos feitos que não estão diretamente com o conflito é grande, a ponto de ser atribuída a milícia cidadã a criadora da gratidão nacional, e ele segue com a valorização do que foi conquistado no teatro da guerra:

Esta instituição na quadra difficil, que temos atravessado, convenceu-nos das esperanças que nella se depositavam. A todos os sacrificios se tem submetido com amor e zelo pela causa publica e nos fatos históricos desta luta gloriosa com o Paraguay muita paginas lhe pertencem para comemorar seus relecantes serviços, o valor e heroicidade de seus officiaes e soldados. (CARVALHO, 1870, p. 25).

Quando pensamos em números de soldados, o Paraná somava 93 soldados da guarda nacional ao serviço do ministério da guerra, de acordo com os números do relatório deste mesmo ministério.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, podemos observar que a Guarda Nacional brasileira surgiu em um contexto conturbado da regência e que veio influenciar seus padrões, entretanto, com o passar dos anos houve uma significativa transformação em sua composição para atender o interesse das elites, já que em seus momentos iniciais ela possuía um caráter mais popular e neste aspecto todo o trabalho da autora Jeane Berrance de Castro foi essencial.

O contexto da milícia civil paranaense é distinto das outras províncias, já que a comarca de Curitiba se emancipou de São Paulo tardiamente, apenas no ano de 1853, então a regra geral passada por Castro em sua obra, na qual a guarda nacional era de caráter mais popular e foi se elitizando até sua consolidação em 1851, no Paraná, não se corporifica, pois vemos que em sua maioria era composta por homens pobres, porém se comparada com a força policial, vemos que ela tem um *status* mais elevado.

No tocante a Guerra do Paraguai, a milícia cidadã recebeu funções que foram se alterando com o decorrer do conflito, que, em um primeiro momento, a ela apenas eram delegados os serviços de guarnição e, paulatinamente, foram mandados aos campos de batalha, não apenas em território brasileiro como no solo da República Paraguaia. Vale destacar que os relatórios provinciais exaltam os feitos da milícia civil paranaense, pois foram atribuídas a ela não só as obrigações de guerra, mas funções de outros segmentos, como da guarda policial.

FONTES:

ARAÚJO, José Feliciano Horta de. **Relatório apresentado à assembleia legislativa da província do Paraná**. Curitiba. 1868. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

BURLAMAQUE, Polidoro. **Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná**. Curitiba. 1867. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

CAMAMÚ, Visconde. **Relatório da repartição dos negócios da guerra**. Rio de Janeiro. 1865. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mar. 2021.

CARVALHO, Antonio Luiz Affonso de. **Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná**. Curitiba. 1870. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

Colleção das Leis da Província do Paraná. Curitiba. 1869. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.



FERRAZ, Angelo. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da guerra.** Rio de Janeiro. 1866. Disponível em: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mar. 2021.

FLEURY, André. **Relatório do presidente da Província do Paraná.** Curitiba. 1865. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

FLEURY, André. **Relatório do presidente da Província do Paraná.** Curitiba. 1866. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

FONSECA, Antonio Augusto. **Relatório com que o EXM. SR. Presidente da Província abriu a 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assembleia legislativa do Paraná.**

IGLÉSIAS, Francisco. **Atas do Conselho de Estado:** Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867.

Leis e Decretos Regulamentos e Deliberações do Governo da província do Paraná. Curitiba. 1854. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021

MELLO, Antonio. **Relatório apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da guerra.** Rio de Janeiro. 1864.

PARANAGUÁ, João. **Relatório da repartição dos negócios de guerra.** Rio de Janeiro. 1867. Disponível em: Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 11 mar. 2021.

VASCONCELLOS, Zacarias. **Relatório do presidente da Província.** Curitiba. 1854. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 11 mar. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Edilson. **A serviço da pátria:** o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870).2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BRITO, Edilson Pereira. **Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná:** trabalho, recrutamento e cidadania, 1853-1888. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã:** a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo. Nacional. 1977.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio Americano:** a Guerra do Paraguai. Brasília. Brasiliense. 1979.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.



DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai**: a grande guerra do Brasil. São Paulo. Ática. 1996.

FERRER, Francisca. **O recrutamento militar na guerra do Paraguai**: Voluntariado e coerção. 2004. Dissertação (Mestrado em História). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

FORTES, Hugo Borges. **Canhões cruzados**: uma síntese da história da artilharia de costa brasileira. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército. 2001.

GONÇALVES, Leandro José Clemente. **Tática do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai de 1866 a 1868**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai**: como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

TAUNAY, Alfredo d'Escragolle Taunay, Visconde de. **Diário do exército**: 1869-1970: a Campanha da Cordilheira. São Paulo. Melhoramentos, 1958.

**A utilização e reprodução de imagens, figuras, mapas, tabelas, gráficos, dados e citações neste artigo é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es). A Equipe Editorial da Revista Historiador, bem como os revisores, não tem qualquer responsabilidade sobre as escolhas realizadas pelo(s) autor(es).*